

ESP-DIVISÃO DE ADM. DA C.E.P.R. NORTE ESTADO

Termo de Referência 22/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
22/2026	933030-ESP-DIVISÃO DE ADM. DA C.E.P.R. NORTE ESTADO	ANA CRISTINA DOS SANTOS MAFFEI	26/05/2026 11:34 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00184920/2026-50

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL DA REGIÃO NORTE DO ESTADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
(Processo Administrativo nº 006.00184920/2026-50)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Estrutura Tipo Tenda para Eventos e Apoio Operacional para a Coordenadoria de Execução Penal Da Região Norte do Estado com Entrega Imediata, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Tenda; Piramidal; Metalica Galvanizada,; Medindo (5x5)m; Cobertura de Cobertura de Em Pvc; Com Resistencia Com Resistencia Anti Chama, Anti Fungo, Auto Extinguivel; Na Cor	5998867	Unidade	02	R\$ 7.890,00	R\$ 15.780,00

	Na Cor Branca; Com Black Out Solar; Acondicionada Em Acondicionada Em Em Embalagem Que Garanta a Integridade do Produto;					
2	Tenda; Piramidal; Metalica Galvanizada; Medindo Medindo (8x8)m; Cobertura de Cobertura de Em Pvc; Com Resistencia Com Resistencia Anti Chama, Anti Fungo, Auto Extinguivel; Na Cor Branca; Com Black Out Solar; Acondicionada Em Acondicionada Em Em Embalagem Que Garanta a Integridade do Produto;	5998891	Unidade	02	R\$ 9.199,00	R\$ 18.398,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 933030-2/2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Considerando a natureza do objeto, não foram identificados impactos ambientais relevantes decorrentes da contratação.

4.1.2. Permanecem aplicáveis à contratação as normas ambientais vigentes e pertinentes à atividade desenvolvida.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Não se aplica.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não se aplica.

Da exigência de amostra(s)

4.4. Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não se aplica.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cota para ME/EPP/EQUIPARADAS

4.7. Não se aplica.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Francisco Vaz Filho, nº 4055, Jardim Pinheiros, Araraquara /SP - CEP 14.810-900 - Edifício Anexo, na Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).
- 6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).
- 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).
- 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).
- 6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).
- 6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

- 6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).
- 6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).
- 6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e

a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Não se aplica.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança

equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

8.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

8.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

8.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

8.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

8.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.23. Não se aplica.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.12. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;
- 9.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

- 9.24. Não se aplica.

Outras comprovações

- 9.25. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:
- 9.25.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 9.25.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.25.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 9.25.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;
- 9.25.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 9.25.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 9.25.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 34.178,00 (trinta e quatro mil e cento e setenta e oito reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.
- 11.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/Unidade: 380287;
- II) Fonte de Recursos: 150.01.00.01;

III) Programa de Trabalho: 14.421.3815.6146.0000;

IV) Elemento de Despesa: 339030;

V) Plano Interno: 012.004.0181;

11.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao exercício financeiro subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Não se aplica

13. ANEXO I

Não se aplica.

14. ANEXO II

Não se aplica.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSIANE DOS SANTOS COQUE MARTINS

Chefe de Serviço



Assinou eletronicamente em 26/05/2026 às 11:31:34.

SIMONE DE CARVALHO BERLOTTI

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 26/05/2026 às 11:34:06.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP933030_000015_2026.pdf (203.61 KB)

ESP-DIVISÃO DE ADM. DA C.E.P.R. NORTE ESTADO

Estudo Técnico Preliminar 15/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 006.00184920/2026-50

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade administrativa de disponibilização de estruturas tipo tenda destinadas ao suporte das atividades institucionais, operacionais e administrativas desenvolvidas pela Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado.

A aquisição visa proporcionar melhores condições estruturais para realização de eventos institucionais, ações operacionais, atividades externas, apoio logístico, recepção de autoridades, atendimento ao público e demais demandas administrativas que necessitem de cobertura provisória e adequada proteção contra intempéries climáticas.

A inexistência de estrutura apropriada poderá comprometer diretamente a organização, segurança, funcionalidade e continuidade das atividades desenvolvidas pela Administração, especialmente em situações que demandem utilização de áreas externas.

Trata-se de necessidade administrativa legítima, atual e contínua, diretamente relacionada ao adequado funcionamento desta Coordenadoria, sendo imprescindível a adoção de solução que assegure melhores condições estruturais às atividades institucionais e operacionais desempenhadas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefe de Serviço de Infraestrutura e Logística	JOSIANE DOS SANTOS COQUE MARTINS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá observar requisitos mínimos de qualidade, resistência, durabilidade, segurança e adequação operacional compatíveis com a finalidade pública pretendida.

As estruturas tipo tenda deverão possuir características adequadas para utilização em ambientes externos, sendo confeccionadas com materiais resistentes às condições climáticas e aptas a garantir estabilidade estrutural, segurança de utilização e durabilidade compatível com o uso institucional pretendido.

As especificações técnicas detalhadas serão estabelecidas no Termo de Referência, mediante parâmetros objetivos e usuais de mercado, observando-se os princípios da padronização, eficiência, economicidade e vantagem administrativa.

A contratada deverá fornecer os bens em perfeitas condições de uso, observando integralmente os prazos, especificações técnicas e condições estabelecidas pela Administração.

4.1 Sustentabilidade

A futura contratação deverá observar, no que couber, critérios de sustentabilidade ambiental, especialmente quanto à utilização de materiais duráveis, redução de desperdícios, adequada destinação de embalagens e observância das normas ambientais aplicáveis.

A contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais decorrentes da fabricação, transporte e fornecimento do objeto contratado, observando a legislação ambiental vigente.

5. Levantamento de Mercado

Em observância ao artigo 5º, inciso III, do Decreto Estadual nº 68.017/2023 e ao artigo 18, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado visando identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade administrativa.

A pesquisa demonstrou que o objeto pretendido possui ampla oferta no mercado nacional, contando com número significativo de fornecedores especializados aptos ao atendimento da demanda, evidenciando a viabilidade de competição e a adequação da realização de procedimento licitatório.

Os valores referenciais dos itens foram levantados a partir de pesquisa de preços realizada por meio do Painel de Preços do Governo Federal, em atendimento ao §3º do artigo 3º do Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

Durante a elaboração da pesquisa mercadológica, foram desconsiderados os preços inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, conforme indicação do marcador “Compõe” constante das tabelas individualizadas de cada item integrantes do relatório de pesquisa de preços, observando-se critérios de razoabilidade, vantajosidade e aderência aos valores efetivamente praticados no mercado.

Após a realização da pesquisa de preços, certifica-se que o valor estimado para a presente contratação mostra-se compatível com os preços atualmente praticados no mercado, atendendo aos princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência administrativa.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Dispensa de Licitação

Inicialmente, avaliou-se a possibilidade de contratação por dispensa de licitação, considerando que o valor estimado da contratação encontra-se dentro do limite previsto no artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Entretanto, embora juridicamente possível, concluiu-se que a contratação direta não representa a alternativa mais vantajosa ao interesse público no presente caso, tendo em vista a ampla disponibilidade do objeto no mercado e a existência de significativo número de fornecedores aptos ao fornecimento das estruturas pretendidas.

A adoção da dispensa poderia restringir a competitividade e limitar a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, razão pela qual sua utilização não se mostrou a solução mais adequada.

6.2 Inexigibilidade de Licitação

Também foi analisada a hipótese de inexigibilidade de licitação, prevista no artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Todavia, verificou-se que a hipótese não se aplica ao presente caso, uma vez que inexistente inviabilidade de competição, fornecedor exclusivo, singularidade do objeto ou característica técnica específica capaz de justificar contratação direta por inexigibilidade.

As estruturas tipo tenda são amplamente comercializadas no mercado nacional, existindo diversos fornecedores aptos ao fornecimento do objeto pretendido.

6.3 Concorrência

A utilização da modalidade concorrência também foi considerada durante os estudos preliminares.

Contudo, considerando que o objeto pretendido consiste em bem comum, cujas especificações técnicas podem ser objetivamente definidas mediante padrões usuais de mercado, verificou-se que a modalidade concorrência não representa a solução mais eficiente e adequada à natureza da contratação.

Além disso, a concorrência possui rito procedimental mais complexo quando comparado ao Pregão Eletrônico, sem apresentar vantagem prática ou operacional para a presente aquisição.

6.4 Pregão Eletrônico

Após análise das alternativas possíveis, concluiu-se que a adoção da modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, com modo de disputa aberto, mostra-se a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para a Administração Pública.

O objeto caracteriza-se como bem comum, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade e especificações técnicas podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, mediante características usuais de mercado, sem necessidade de soluções customizadas ou avaliações técnicas complexas.

A escolha do Pregão Eletrônico revela-se plenamente compatível com os princípios da eficiência, economicidade, legalidade, competitividade, isonomia e interesse público, oferecendo mecanismo mais simples, transparente e acessível tanto para os licitantes quanto para a Administração Pública.

O modo de disputa aberto possibilita ampla concorrência mediante apresentação sucessiva de lances públicos, favorecendo a competitividade, ampliação da disputa e potencial redução dos preços ofertados.

Além disso, a utilização da plataforma eletrônica oficial permite maior participação de fornecedores em âmbito nacional, assegurando maior competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades foram definidas com base no levantamento das necessidades operacionais desta Coordenadoria, considerando a demanda institucional prevista para suporte às atividades administrativas e operacionais realizadas em áreas externas.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 34.178,00

O valor estimado da contratação é de R\$ 34.178,00 (trinta e quatro mil e cento e setenta e oito reais).

A estimativa foi elaborada mediante pesquisa de preços atualizada, realizada em conformidade com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis, assegurando compatibilidade com os preços praticados atualmente no mercado.

ITEM	SIAFISICO	COMPRAS	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID FORNE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	5998867	612489	Tenda; Piramidal; Metalica Galvanizada;; Medindo (5x5)m; Cobertura de Cobertura de Em Pvc; Com Resistencia Com Resistencia Anti Chama, Anti Fungo, Auto Extinguivel; Na Cor Na Cor Branca; Com Black Out Solar; Acondicionada Em Acondicionada Em Em Embalagem Que Garanta a Integridade do Produto;	2	Unidade	7.890,00	15.780,00
2	5998891	486319	Tenda; Piramidal; Metalica Galvanizada; Medindo Medindo (8x8)m; Cobertura de Cobertura de Em Pvc; Com Resistencia Com Resistencia Anti Chama, Anti Fungo, Auto Extinguivel; Na Cor Branca; Com Black Out Solar; Acondicionada Em Acondicionada Em Em Embalagem Que Garanta a Integridade do Produto;	2	unidade	9.199,00	18.398,00
TOTAL GERAL							34.178,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a natureza padronizada do objeto e a necessidade de disponibilização integral das estruturas para atendimento adequado das demandas administrativas desta Coordenadoria, concluiu-se pela adoção do regime de fornecimento com entrega imediata, em parcela única.

O parcelamento da solução não se mostra tecnicamente recomendável nem economicamente vantajoso, tendo em vista que poderá ocasionar aumento de custos administrativos, dificuldades de fiscalização contratual, risco de fornecimento incompatível entre itens e eventual comprometimento da padronização pretendida.

Nos termos do artigo 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, verificou-se que o fornecimento integral por único contratado revela-se a alternativa mais eficiente e vantajosa à Administração Pública.

Justificativa para Não Exigência de Garantia Contratual

Considerando a natureza comum do objeto, sua baixa complexidade, reduzido risco de inadimplemento e ausência de potencial prejuízo significativo à Administração, conclui-se que a exigência de garantia contratual prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 mostra-se desnecessária e desproporcional, não contribuindo de forma relevante para a mitigação de riscos da contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes capazes de influenciar diretamente a presente contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada ao Plano de Contratações Anual da Administração, formalizada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC, sob o nº 380287-3/2026, ID PCA PNCP nº 96291141000180-0-000041/2026, devidamente publicado junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

A contratação mostra-se compatível com o planejamento institucional desta Coordenadoria, visando assegurar adequado suporte estrutural às atividades administrativas, institucionais e operacionais desenvolvidas pela Unidade.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação pretende assegurar melhores condições estruturais às atividades institucionais, operacionais e administrativas realizadas por esta Coordenadoria, proporcionando:

- Melhor organização e suporte logístico às atividades externas;
- Proteção contra intempéries climáticas;
- Maior segurança operacional;
- Padronização estrutural;
- Melhor aproveitamento dos recursos públicos;
- Maior eficiência administrativa.

13. Providências a serem Adotadas

Deverão ser adotadas as providências administrativas necessárias à formalização da contratação, acompanhamento da entrega, conferência dos materiais fornecidos e designação de servidor responsável pelo recebimento do objeto.

Também deverão ser elaborados os documentos técnicos pertinentes, incluindo Termo de Referência, minuta de edital e demais artefatos necessários ao regular processamento da contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os possíveis impactos ambientais relacionam-se principalmente ao descarte futuro de materiais e embalagens utilizados na fabricação e transporte do objeto.

Como medidas mitigadoras, deverão ser observadas práticas adequadas de acondicionamento, reutilização e descarte ambientalmente correto dos materiais, em conformidade com a legislação vigente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das informações apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade técnica, operacional, jurídica e econômica da contratação pretendida, considerando que a solução proposta atende adequadamente à necessidade administrativa identificada, mostrando-se compatível com os princípios da eficiência, economicidade, razoabilidade e interesse público.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSIANE DOS SANTOS COQUE MARTINS

Chefe de Serviço



Assinou eletronicamente em 26/05/2026 às 11:15:20.

